

Relatório Anual
2012



PREBEG

índice

3 Mensagem da
Diretoria Executiva

4 35 anos de
previdência
complementar
no Brasil

6 Ao seu lado
das mais
diversas formas

12 Quem somos

14 Órgãos de
Administração

encarte

Balanco Patrimonial
Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social
Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido
Demonstração do Ativo Líquido
Demonstração do Plano de Gestao Administrativa
Demonstração das Obrigaçoes Atuariais
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Parecer Atuarial
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer do Conselho Fiscal
Manifestação do Conselho Deliberativo
Informe Resumo dos Investimentos
Resumo da Política de Investimentos





Aprovada pelos conselheiros da Prebeg no mês de março de 2012, a incorporação de seu plano pela Fundação Itaú Unibanco recebeu, em janeiro de 2013, a liberação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Trata-se de um processo administrativo (já seguido inclusive por outros planos em 2012: Itaubank, Itaú CD, Itaú BD e Futuro Inteligente) que não irá gerar nenhum impacto sobre os participantes – ou seja, a incorporação não altera as regras do plano que permanecem as mesmas do Regulamento.

No início deste ano, a Prebeg, bem como as demais entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco, recebeu outra excelente notícia da Previc: seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária obteve o aval desse órgão, atestando sua qualidade e adequação. É uma grande conquista para as entidades e os participantes, pois demonstra seu compromisso com a informação, orientação e conscientização de todos os seus interlocutores.

Os participantes devem ser orientados para que suas escolhas e decisões sejam mais conscientes. Com a estabilização da economia, o governo vem fazendo um esforço – que quer compartilhar com as empresas, escolas, instituições financeiras e entidades de previdência – no sentido de ajudar os brasileiros a compreender a importância do equilíbrio entre consumir e poupar. Dessa forma, é possível fortalecer os fundamentos econômicos e sociais do país, bem como melhorar a vida de seus cidadãos.

Poupar é um princípio fundamental para a previdência complementar em qualquer fase da vida. Por isso, as fundações do Itaú Unibanco abraçaram essa causa. Esse compromisso vem se somar a outras diretrizes de gestão, tais como transparência, ética, profissionalismo, respeito à legislação, adequação às melhores práticas de mercado e aprimoramento contínuo do atendimento dos participantes.

Decisões financeiras e previdenciárias conscientes são importantes tanto para as entidades quanto para cada um de seus participantes. É essencial, portanto, saber harmonizar o presente e o futuro.

Diretoria Executiva



Nossa Missão

Assegurar aos participantes, assistidos e patrocinadoras a excelência na gestão dos serviços previdenciários, de forma transparente, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa e a legislação vigente.

35 anos

de previdência complementar no Brasil

Com ativos girando em torno de R\$ 649 bilhões, a previdência complementar brasileira vem ampliando sua cobertura, mas ainda há muito espaço para o desenvolvimento do sistema.

Em 2012, a previdência complementar nacional completou 35 anos de seu maior marco regulatório, responsável pela criação propriamente dita do sistema, com a Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. Logo em seu primeiro artigo, a nova legislação definia as entidades de previdência como aquelas que têm por objetivo “instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos”.

Quantidade de entidades por tipo de patrocínio predominante

Privado	228
Instituidor	19
Público municipal	2
Público estadual	43
Público federal	38
Total	330

Fonte: Estatística Trimestral - Setembro/2012 - Previc

Participantes do sistema

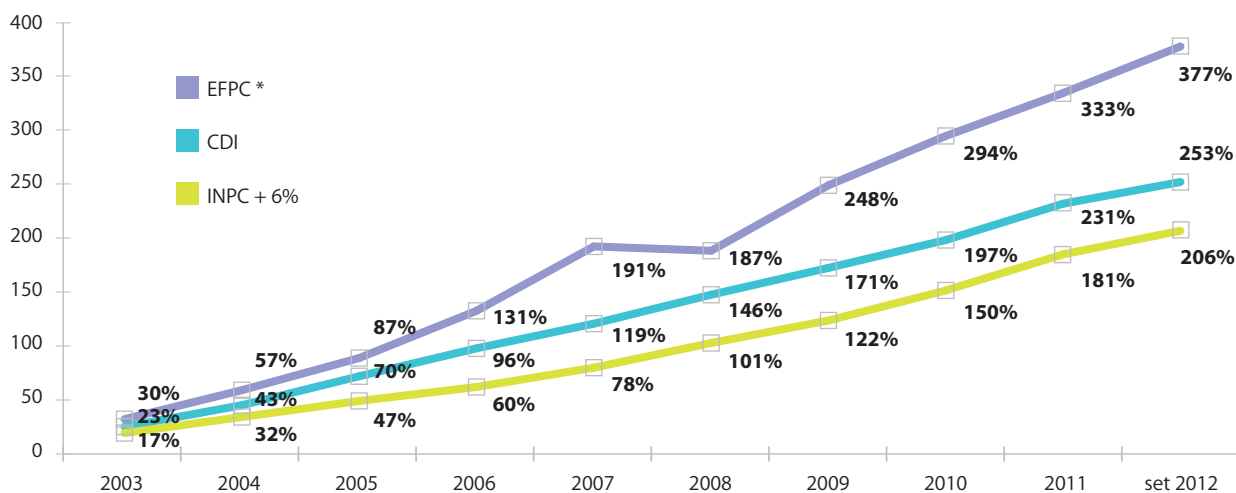
Ativos	2.329.741
Assistidos	675.275
Dependentes	3.664.294

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAPP/SINDAPP – Set/2012

Desde então, a legislação vem avançando e incorporando novos conceitos e incentivos, como é o caso do tratamento tributário diferenciado oferecido aos investimentos em previdência complementar. Para os especialistas, ainda há muito a fazer, sobretudo em relação à abertura para a criação de novos produtos (mais aderentes à atual conjuntura), à estabilidade das regras e ao respeito ao contrato previdenciário. Por outro lado, é preciso que haja maior entendimento da população sobre a necessidade de complementar os benefícios que serão pagos pela Previdência Social para assegurar um futuro mais tranquilo.

Em termos quantitativos, segundo dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o sistema conta com 330 entidades, entre instituidores e patrocinadores

Rentabilidade estimada (acumulada)



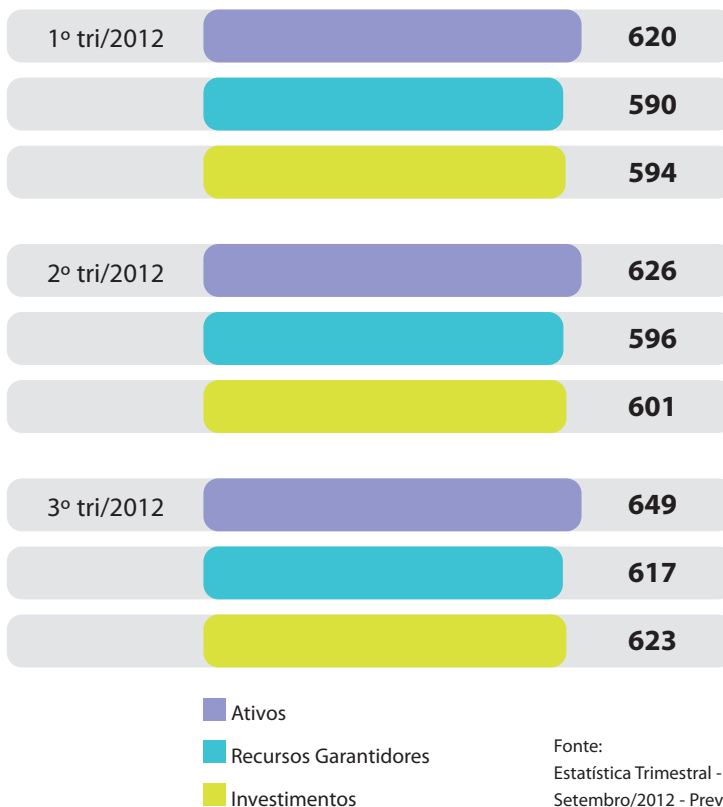
* Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAPP/SINDAPP – Set/2012 . ABRAPP / BACEN / IPEADATA

Evolução dos ativos, recursos garantidores e investimentos das entidades

(em R\$ bilhões, 09/2012)

públicos e privados. Quanto aos ativos totais do setor, o crescimento é notável. Em 1995, as entidades fechadas de previdência complementar contavam com R\$ 75 bilhões em ativos e, em setembro de 2012, esse total já havia saltado para R\$ 649 bilhões. Apesar dos avanços, há ainda um grande potencial de crescimento a ser explorado: existem no país, cerca de 15 mil empresas com faturamento anual entre R\$ 100 milhões e R\$ 400 milhões, além de 5 mil sindicatos e entidades representativas que são, segundo análise da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), potenciais patrocinadores/instituidores de planos de previdência. As estimativas da entidade são de que, em 2021, o ativo total do mercado atinja a marca de R\$ 1,9 trilhão, o que representaria 32% do PIB do país.



Fonte: Estatística Trimestral - Setembro/2012 - Previc

Ao seu lado

das mais diversas formas

Em 2012, a Prebeg levou adiante as atividades que desenvolve sempre com foco na melhoria de seus processos e no atendimento das necessidades de seus participantes, preparando o caminho para a transferência de gestão para a Fundação Itaú Unibanco.

Participação no Congresso da Abrapp

Representantes da Prebeg participaram do 33º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, de 24 a 26 de outubro, em São Paulo (SP). “Transição para um Novo Tempo” foi o tema do evento que atraiu um público de mais de 3 mil pessoas - conselheiros, gestores, técnicos, formadores de opinião, lideranças empresariais, sindicais e políticas – para discutir experiências e perspectivas para o sistema em meio à nova realidade econômica e demográfica do Brasil e do mundo.



33 CONGRESSO BRASILEIRO
DOS FUNDOS DE PENSÃO

Alterações no Estatuto e no Regulamento

No dia 24 de julho, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou as mudanças propostas pela Prebeg em seu Estatuto: nos artigos 1 (atualização do endereço da sede da entidade) e 30 (alteração da periodicidade das reuniões da Diretoria Executiva que ocorrerão sempre que convocadas por seu diretor presidente). A Previc liberou também a mudança solicitada pela Prebeg no Regulamento, vigente desde 17 de agosto: no parágrafo único do artigo 43 – a taxa de juros real utilizada nas projeções atuariais do plano será definida periodicamente quando da avaliação atuarial do plano, observados os critérios e limites previstos na regulamentação e aprovação pelo Conselho Deliberativo.



Reuniões de Conselhos

Durante o ano, os conselheiros realizaram suas reuniões ordinárias para tratar dos diversos assuntos relativos à gestão da entidade, desde suas demonstrações contábeis até o fluxo dos diferentes processos gerenciais e administrativos. As reuniões do Conselho Fiscal ocorreram nos dias 7 de março e 13 de setembro e as do Conselho Deliberativo, nos dias 26 de março e 13 de dezembro.

Eleições de conselheiros

No dia 7 de novembro, os participantes da Prebeg escolheram, por meio de eleição direta e chapa única, seus representantes no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal da entidade. Os eleitos pelos assistidos foram: para o Deliberativo, Eurípedes Arantes Freitas (titular) e Luiz Fernando Pinheiro (suplente) e, para o Fiscal, Antônio Eustáquio Vieira (titular) e Benedito Alves de Castro Neto (suplente). Os ativos, autopatrocinados e optantes pelo BPD elegeram, para o Deliberativo, Gecimar Freitas Menezes (titular) e Mara Márcia Gervásio da Costa Ferreira (suplente) e, para o Fiscal, Julciley Fernandes da Silva (titular) e Hamilton Batista Júnior (suplente).

Dia do Aposentado

Juntamente com as demais entidades do setor, a Prebeg participou da cerimônia para celebrar o Dia do Aposentado (24 de janeiro), promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp). Edilson Correia Soares recebeu o diploma comemorativo, entregue durante o evento, em nome de todos os assistidos da Prebeg, como forma de reconhecimento por sua contribuição para a história de sucesso das patrocinadoras.



Abrapp

Pesquisa de Satisfação

Em abril, a Prebeg divulgou os resultados de sua I Pesquisa de Satisfação, feita no final de 2011, através de uma amostra aleatória foram realizadas 850 entrevistas com participantes das entidades ligadas ao Itaú Unibanco. O objetivo foi analisar a percepção dos participantes e traçar planos de melhoria a partir das informações coletadas. Os dados obtidos foram compartilhados com todos os participantes em matéria no informativo “Com você”. Em outubro de 2012, foi promovida a segunda edição da pesquisa.



Educação financeira e previdenciária

O programa “Previdência em Foco” tem implantado uma série de ações que visam fortalecer os conhecimentos dos participantes para que tomem suas decisões financeiras e previdenciárias de forma consciente. Aprovado pela Previc (o que isenta a Prebeg da necessidade de impressão e postagem deste Relatório, divulgado somente por meio eletrônico), o programa tem três objetivos básicos: informar, orientar e conscientizar, tanto os participantes quanto seus familiares. As iniciativas envolvem também conselheiros, dirigentes e colaboradores da entidade, profissionais da patrocinadora, parceiros, dirigentes das Associações de Aposentados, formadores de opinião e a sociedade em geral. Em 2012, as ações do programa foram:

Palestras

Realizadas periodicamente para os participantes ativos e profissionais de Recursos Humanos da patrocinadora. O conteúdo, ministrado por especialistas da área de previdência, abrange desde os conceitos de previdência complementar até a explicação das regras de funcionamento dos planos.

Informativo “Com você”

Divulgado por meio eletrônico e impresso para todos os participantes, o informativo aborda vários assuntos de educação financeira e previdenciária: informações sobre os planos, os investimentos, entrevistas e matérias com especialistas.



Taxas de juros reduzidas

A Diretoria da Prebeg reduziu as taxas de juros aplicadas sobre as carteiras de empréstimos dos assistidos: de 12% para 8% anuais. A nova taxa entrou em vigor para os empréstimos contratados a partir de julho de 2012, alinhando o benefício às melhores práticas de mercado e aprimorando ainda mais suas condições.



Semana da Previdência

Em conjunto com as demais entidades de previdência do Itaú Unibanco e a patrocinadora, foram realizadas, em outubro, atividades nos principais polos administrativos de São Paulo. Os participantes receberam orientações e esclarecimentos dos profissionais da Fundação sobre previdência complementar e detalhes de seus planos (benefícios, perfil de investimento e contribuições, entre outros).

Workshop Jurídico Previdenciário

Em setembro, o VI Workshop Jurídico reuniu advogados e profissionais das áreas trabalhista, cível e previdenciária do Itaú Unibanco, convidados dos escritórios credenciados, conselheiros, diretores e profissionais das entidades. Eles assistiram a cinco painéis expostos por autoridades e especialistas do setor que trataram dos diferentes desafios relacionados ao sistema previdenciário. O workshop também conta créditos para o programa de recertificação de dirigentes do ICSS.

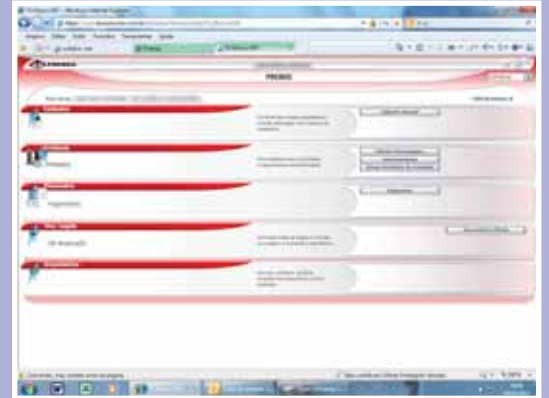


Eduardo de Sousa

Site

Em outubro, foram apresentadas as mudanças na área restrita aos aposentados do site da Prebeg, com novas ferramentas e acesso a diversas informações como dados pessoais, aniversariantes, homenagens, novos assistidos, holerites e documentos legais. A navegação ficou ainda mais simples e ágil para que o assistido encontre sem dificuldades os dados e documentos que estão

agora à sua disposição no site. A próxima fase do processo prevê a liberação da área restrita para os demais participantes. O site disponibiliza os Regulamentos dos planos, o Estatuto da entidade, as principais leis, decretos e resoluções do setor, além do canal "Fale Conosco" e links importantes.



Encontro das Associações e Conselheiros

Mais uma ação compartilhada pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco, o encontro ocorre semestralmente com a presença de especialistas que abordam temas relativos ao sistema previdenciário.

Em maio, o consultor

Renato Follador falou sobre "Previdência no Brasil – Panorama atual e

perspectivas" e, em novembro, o diretor de Investimentos das entidades **Gabriel Amado de Moura** apresentou a palestra "Investimentos na nova realidade de juros". Os encontros contam créditos para o programa de recertificação de dirigentes do Instituto de Certificação da Seguridade Social (ICSS).



Workshop com colaboradores

A quinta edição do workshop anual para os profissionais das entidades de previdência do Itaú Unibanco procurou alinhar as práticas de governança, estimular a melhoria dos fluxos de trabalho, reforçar os conhecimentos em previdência, bem como incentivar o trabalho em equipe com foco em performance, comunicação e confiança. Durante o ano, os colaboradores também passaram por cursos e treinamentos voltados ao aprimoramento de suas competências.



Evento dos Assistidos

Encontro anual de confraternização para aposentados e pensionistas, em parceria com as entidades de previdência do Itaú Unibanco, nas cidades de Curitiba, Recife, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo. Em 2012, o tema "Mais Alegria e Menos Preocupação" reforçou a importância do benefício por meio de mensagens de educação financeira e previdenciária.



Programa Uso Consciente do Dinheiro

Promovido pelo Itaú Unibanco e pelas fundações de previdência, incluindo os participantes ativos dos planos, e a sociedade como um todo, o programa conta com ações continuadas em diferentes canais: site da patrocinadora, e-mails corporativos, e-learning, oficinas, palestras com especialistas e cartilha, entre outros.

As iniciativas focam a importância da saúde financeira e do planejamento, sendo sustentadas por três pilares: Reserva de Emergência, Reserva de Aposentadoria e Reserva para Objetivos Específicos.



Quem somos

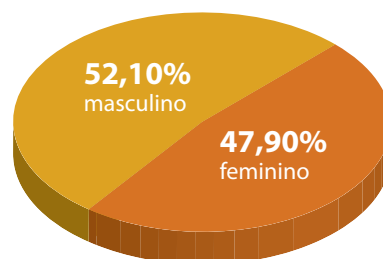
Participantes Ativos • base: outubro 2012

Total de
Participantes

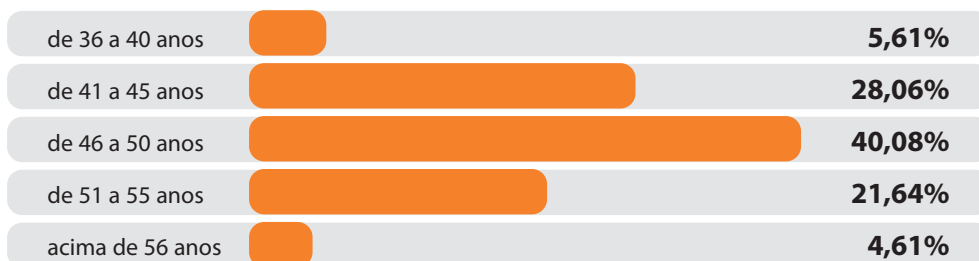
499

Inclui participantes ativos,
autopatrocinados,
BPD e em fase de opção

Sexo



Faixas Etárias



Idade média
48 anos

Presença nos Estados

Goiás	93,39%
Distrito Federal	3,01%
São Paulo	1,60%
Outros	2,00%

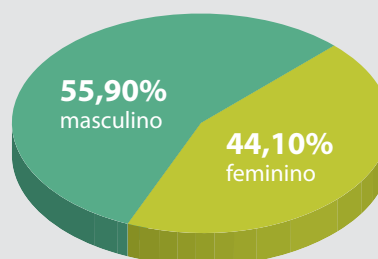
Quem somos

Participantes Assistidos • base: outubro 2012

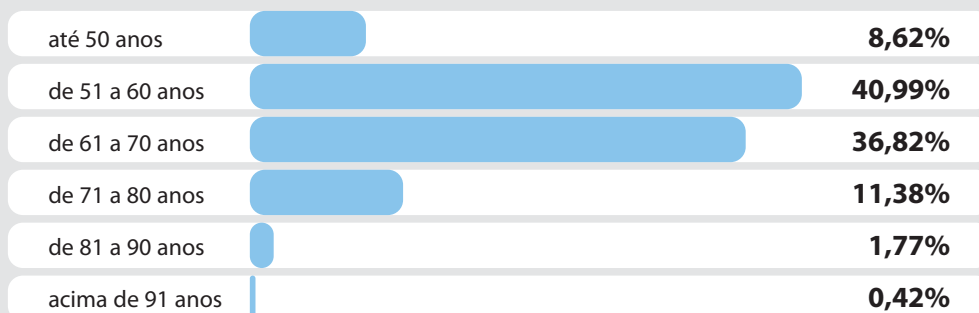
Total de Participantes

1.415

Sexo



Faixas Etárias



Idade média
61 anos

Presença nos Estados

Goiás	91,94%
Distrito Federal	2,33%
Tocantins	1,84%
Rio de Janeiro	1,20%
São Paulo	1,06%
Minas Gerais	0,78%
Outros	0,85%

Tipo de Benefício

Tempo contribuição	30,46%
Antecipada	28,48%
Invalidez	22,90%
Pensão Previdenciária	15,76%
Idade	1,48%
Auxílio-doença Acidente/Previdenciário	0,85%
Especial	0,07%

Média de tempo de benefício **13 anos**

Órgãos de Administração

(dezembro de 2012)

Conselho Deliberativo

Titulares

Presidente	Oswaldo do Nascimento
Conselheiros indicados	Marcelo Luís Orticelli Marco Antonio Antunes José Virgílio Vita Neto
Conselheiros eleitos	Gecimar Freitas Menezes Eurípedes Arantes de Freitas

Suplentes

Caio Ibrahim David
Antonio Eduardo M. de F. Trindade Cesar Padovan Cláudio José Coutinho Arromatte
Mara Marcia Gervasio da Costa Ferreira Luiz Fernando Pinheiro

Conselho Fiscal

Titulares

Presidente	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Conselheiros Indicados	Marco Aurélio de Oliveira Guilherme Augusto M. F. de T. Barros Sérgio Brilhante de Albuquerque Júnior
Conselheiros Eleitos	Julciley Fernandes da Silva Antonio Eustáquio Vieira

Suplentes

Ottavio Aldo Ronco
Maria da Glória C. Arruda Konstantinos Jean Andreoupolus Carlos André Guerra Barreiros
Hamilton Batista Júnior Benedito Alves de Castro Neto

Diretoria

Diretor Presidente	Sergio Guillinet Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores Gerentes	Arnaldo Cesar Serighelli Carlos Ramiro Botelho de Souza Reginaldo José Camilo



PREBEG

Avenida República do Líbano,
Qd. D-1 Lt. 06/08, no 1.551, Sala 602
Ed. Vanda Pinheiro
Setor Oeste - CEP 74125-125
Goiânia - GO

www.prebeg.org.br

Relatório Anual

2012

Demonstrações
Contábeis

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- 4** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
- 5** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 6** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 7** Demonstrac o das Obrigações Atuariais
- 8** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis
- 20** Parecer Atuarial
- 24** Parecer dos Auditores Independentes
- 26** Parecer do Conselho Fiscal
- 27** Manifestação do Conselho Deliberativo
- 28** Informe Resumo dos Investimentos
- 30** Resumo da Política de Investimentos



PREBEG

Ativo	31/12/2012	31/12/2011
Disponível	12	21
Realizável	1.252.762	1.150.336
Gestão Previdencial (Nota 5)	14.878	11.583
Gestão Administrativa (Nota 5)	1.273	269
Investimentos (Nota 6)	1.236.611	1.138.484
Ações	720	755
Fundos de Investimento	1.223.699	1.128.368
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	6.253	4.172
Empréstimos	5.684	4.882
Depósitos Judiciais/Recursais	255	307
Permanente (Nota 8)	14	19
Imobilizado	14	19
Total do Ativo	1.252.788	1.150.376
Passivo	31/12/2012	31/12/2011
Exigível Operacional (Nota 9)	9.817	11.173
Gestão Previdencial	8.903	10.793
Gestão Administrativa	913	379
Investimentos	1	1
Exigível Contingencial (Nota 10)	92.277	88.764
Gestão Previdencial	19.112	18.049
Gestão Administrativa	360	167
Investimentos	72.805	70.548
Patrimônio Social	1.150.694	1.050.439
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 11)	1.150.468	1.049.516
Provisões Matemáticas	1.017.902	837.083
Benefícios Concedidos	869.467	737.632
Benefícios a Conceder	154.779	107.853
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.344)	(8.402)
Equilíbrio Técnico (Nota 12)	132.566	212.433
Resultados Realizados	132.566	212.433
Superávit Técnico Acumulado	132.566	212.433
Fundos (Nota 13)	226	923
Fundos Administrativos	14	673
Fundos dos Investimentos	212	250
Total do Passivo	1.252.788	1.150.376

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descri�o	31/12/2012	31/12/2011	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	1.050.439	987.056	6
1. Adições	177.510	128.392	38
(+) Contribuições Previdenciais	22.720	17.905	27
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	151.045	98.588	53
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	9.380	(100)
(+) Receitas Administrativas	3.707	2.325	59
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	38	174	(78)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	-	20	(100)
2. Destinações	(77.255)	(65.009)	19
(-) Benefícios	(69.153)	(61.473)	12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(3.660)	-	100
(-) Despesas Administrativas	(4.230)	(3.344)	26
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(174)	(120)	45
(-) Reversão dos Fundos de Investimento	(38)	(72)	(47)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	100.255	63.383	58
(+ / -) Provisões Matemáticas	180.819	48.875	270
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(79.867)	15.525	(614)
(+ / -) Fundos Administrativos	(659)	(965)	(32)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	(38)	(52)	(27)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)	1.150.694	1.050.439	10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	1.049.516	985.116	7
1. Adições	175.686	127.170	38
(+) Contribuições Previdenciais	24.641	19.202	28
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	151.045	98.588	53
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	9.380	(100)
2. Destinações	(74.734)	(62.770)	19
(-) Benefícios	(69.153)	(61.473)	12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(3.660)	-	100
(-) Custeio Administrativo	(1.921)	(1.297)	48
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	100.952	64.400	57
(+ / -) Provisões Matemáticas	180.819	48.875	270
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(79.867)	15.525	(614)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	1.150.468	1.049.516	10
C) Fundos Não Previdenciais	226	923	(76)
(+ / -) Fundos Administrativos	14	673	(98)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	212	250	(15)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
1. Ativos	1.251.874	1.149.829	9
Disponível	12	21	(43)
Recebível	15.251	12.256	24
Investimentos	1.236.611	1.137.552	9
Ações	720	755	(5)
Fundos de Investimento	1.223.699	1.127.436	9
Investimentos Imobiliários	6.253	4.172	50
Empréstimos	5.684	4.882	16
Depósitos Judiciais/Recursais	255	307	(17)
2. Obrigações	101.180	99.390	2
Operacional	8.903	10.793	(18)
Contingencial	92.277	88.597	4
3. Fundos Não Previdenciais	226	923	(76)
Fundos Administrativos	14	673	(98)
Fundos dos Investimentos	212	250	(15)
5. Ativos Líquidos (1 - 2 - 3)	1.150.468	1.049.516	10
Provisões Matemáticas	1.017.902	837.083	22
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	132.566	212.433	(38)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	673	1.638	(59)
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.745	2.498	50
1.1. Receitas	3.745	2.498	50
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.921	1.297	48
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.768	1.027	72
Resultado Positivo dos Investimentos	38	173	(78)
Outras Receitas	18	1	1.700
2. Despesas Administrativas	(4.404)	(3.463)	27
2.1. Administração Previdencial	(2.636)	(2.490)	6
Pessoal e Encargos	(680)	(679)	-
Treinamento/Congressos e Seminários	(43)	(54)	(20)
Viagens e Estadias	(85)	(54)	57
Serviços de Terceiros	(532)	(445)	20
Despesas Gerais	(1.203)	(1.186)	1
Depreciações e Amortizações	(1)	(1)	-
Contingências	(92)	(70)	31
Outras Despesas	-	(1)	(100)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.768)	(973)	82
Serviços de Terceiros	(1.682)	(923)	82
Depreciações e Amortizações	(3)	-	100
Contingências	(82)	(50)	64
Outras Despesas	(1)	-	100
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(659)	(965)	(32)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(659)	(965)	(32)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	14	673	(98)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	1.150.468	1.049.516	10
1. Provisões Matemáticas	1.017.902	837.083	22
1.1. Benefícios Concedidos	869.467	737.632	18
Benefício Definido	869.467	737.632	18
1.2. Benefícios a Conceder	154.779	107.853	44
Benefício Definido	154.779	107.853	44
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.344)	(8.402)	(24)
(-) Serviço Passado	(6.344)	(8.402)	(24)
(-) Patrocinador(es)	(6.344)	(8.402)	(24)
2. Equilíbrio Técnico	132.566	212.433	(38)
2.1. Resultados Realizados	132.566	212.433	(38)
Superávit Técnico Acumulado	132.566	212.433	(38)
Reserva de Contingência	132.566	211.371	(37)
Reserva para Revisão de Plano	-	1.062	(100)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG - PREBEG, Entidade constituída em 31 de outubro de 1973 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 24 de dezembro de 1984, tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios previdenciários suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social, tendo sempre por meta os empregados dos patrocinadores e respectivos dependentes inscritos no plano. Este plano está fechado ao ingresso de novos participantes.

As patrocinadoras decidiram oferecer aos funcionários admitidos a partir de 01 de agosto de 2002 plano na modalidade de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro apresenta a seguinte posição:

	Ativos		Assistidos (1)		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Participantes	499	537	1.415	1.401	1.914	1.938
Dependentes	714	807	1.013	1.056	1.727	1.863
Total	1.213	1.344	2.428	2.457	3.641	3.801

(1) Inclui pensionistas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade.

• **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

• **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

• **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

• **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.

• **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas e outros eventos administrativos.

• **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações e Fundos de Investimentos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento: quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Conforme Nota 7, estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

III. Empréstimos

São corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 8% a.a..

IV. Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou consideradas de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir perdas, conforme Nota 6.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear à taxa abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA (Nota 8).

- Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de férias e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 2009-35.00.020498-5 (Nota 5 e 10).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas com recursos do Fundo Administrativo, contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	2012	2011
Gestão Previdencial	14.878	11.583
Contribuições a receber (1)	4.234	6.807
Outros Recursos a receber (2)	383	400
Depósito Judiciais/Recursais(3)	9.640	4.376
Outros Realizáveis (4)	621	-
Gestão Administrativa	1.273	269
Contribuições para Custeio	803	-
Provisão sobre Folha Administrativa	6	15
Responsabilidade de Terceiros	111	-
Seguro	12	6
Depósito Judicial - PIS/COFINS (5)	340	153
Outros Realizáveis	1	95
Total	16.151	11.852

(1) Corresponde basicamente aos valores a receber de participantes e patrocinadores, relativa a interrupção temporária de aposentadorias, decorrente da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social (INSS).

(2) Benefícios revisados pelo INSS.

(3) Processos Cíveis: Expurgo Inflacionário e Processos Trabalhistas: Revisão de Benefícios.

(4) Corresponde basicamente a transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

(5) Ação que discute a tributação sobre as Receitas Administrativas.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

a) Composição de Investimentos

Descrição	2012	2011
Ações	720	755
Fundos de Investimentos	1.223.699	1.128.368
Investimentos Imobiliários	6.253	4.172
Empréstimos	5.909	5.060
(-) Provisão para Perda	(225)	(178)
Depósitos Judiciais/Recurais	255	307
Total	1.236.611	1.138.484

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

Prebeg	Valor (1)				
	Valor a Mercado			Categoria (2)	
	Custo Contábil	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
Fundo de Investimento	1.223.699	286.964	1.510.663	474.766	748.933
Fundo de Investimento - Exclusivos	749.805	286.964	1.036.769	872	748.933
Letras Financeiras do Tesouro	872	-	872	872	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	748.933	286.964	1.035.897	-	748.933
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	473.894	-	473.894	473.894	-
Renda Fixa	372.659	-	372.659	372.659	-
Renda Variável	101.235	-	101.235	101.235	-
Títulos de Renda Variável	720	-	720	720	-
Ações	720	-	720	720	-
Total	1.224.419	286.964	1.511.383	475.486	748.933

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

Prebeg	Valor (1)				
	Indeterminado	Vencimento		Valor Contábil	
		De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2012	31/12/2011
Fundo de Investimento	473.894	872	748.933	1.223.699	1.128.368
Fundo de Investimento - Exclusivos	-	872	748.933	749.805	788.893
Letras Financeiras do Tesouro	-	872	-	872	2.551
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	15.327
Notas do Tesouro Nacional	-	-	748.933	748.933	771.015
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	473.894	-	-	473.894	339.475
Renda Fixa	372.659	-	-	372.659	245.356
Renda Variável	101.235	-	-	101.235	94.119
Títulos de Renda Variável	720	-	-	720	755
Ações	720	-	-	720	755
Total	474.614	872	748.933	1.224.419	1.129.123

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço. Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação em 30 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

(2) Os títulos classificados na categoria "até o vencimento" correspondem a NTNCs no montante de R\$ 56.123 (199.993 em 2011) com vencimento em 2031 e NTNBS no montante de R\$ 692.810 (R\$ 502.541 em 2011) com vencimento entre 2030 e 2050. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 1.035.897 (R\$ 775.395 em 2011). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços anuais. Além disso, no caso de transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 7 – INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Descrição	2012	2011
Aluguéis e Renda		
Locadas a Patrocinadores (1)	6.253	3.255
Custo	6.263	3.315
(-) Depreciação acumulada	(10)	(60)
Locadas a Terceiros (2)	-	339
Custo	-	345
(-) Depreciação acumulada	-	(6)
Direito em Alienações (3)	-	578
Valores a Receber	647	578
(-) Provisão para Perda	(647)	-
Total	6.253	4.172

(1) Reavaliação de Imóveis: De acordo com a legislação em vigor, foram procedidas reavaliações no mês de Dezembro/2012, com base na norma NBRº 14.653 – Partes 1 e 2 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

(2) Em Julho/2012, foi efetuada a venda do imóvel situado na Av.Tocantins, 1.016 - Setor Aeroporto - Goiânia/GO, com pagamento à vista de R\$ 490 obtendo-se resultado líquido positivo de R\$ 154.

(3) Refere-se a alienação dos imóveis da Rua 87 A e Av. Oeste, situados em Goiânia, cuja Provisão para Perda foi constituída de acordo com as normas contábeis vigentes. Encontra-se em andamento processo de cobrança judicial.

Imóvel	Posição Contábil	Valor de Reavaliação	Resultado	Vida Útil	Empresa Avaliadora
Locadas a Patrocinadores					
Av. Pio XII, 281	1.544	3.100	1.556	55	Phorta Engenharia
Av. 85 - Lotes 26/27 - Qd.20	648	2.012	1.364	55	Phorta Engenharia
Av. Brasil, 146	1.023	1.151	128	45	Adefi Consultoria
Total	3.215	6.263	3.048		

Os imóveis foram avaliados pelo método comparativo de mercado e o resultado positivo líquido da reavaliação, no montante de R\$ 3.048, foi registrado em investimentos imobiliários em contrapartida da Receita de Investimentos.

NOTA 8 – ATIVO PERMANENTE

Descrição	2012	2011
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	106	156
(-) Depreciação	(92)	(137)
Total	14	19

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 9 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2012	2011
Gestão Previdencial	8.903	10.793
Benefícios Pendentes (1)	8.279	10.199
Retenções sobre folha de benefícios	620	594
Contribuição Recebida a maior	4	-
Gestão Administrativa	913	379
Despesas a Pagar (2)	913	379
Investimentos	1	1
Empréstimos - Restituição	1	-
Empréstimos - Prestações e IOF	-	1
Total	9.817	11.173

(1) Corresponde a provisão de valores a pagar relativos a interrupção temporária de aposentadorias, decorrentes da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social.

(2) Corresponde basicamente a transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

NOTA 10 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2012	2011
Gestão Previdencial	19.112	18.049
Processos de Ações Trabalhistas (1)	10.581	9.751
Processos de Ações Cíveis (2)	8.531	8.298
Gestão Administrativa	360	167
PIS/COFINS (3)	360	167
Investimentos	72.805	70.548
Imposto de Renda (4)	72.805	70.548
Total	92.277	88.764

(1) Refere-se basicamente a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando revisão de benefício em função de equiparação salarial.

(2) Refere-se basicamente a processos relativos a Expurgo Inflacionário.

(3) Corresponde a ação que discute judicialmente a tributação do PIS/COFINS sobre as receitas decorrentes do custeio das atividades de administração e execução de planos de benefícios, cuja probabilidade de perda foi considerada "possível" por nossos assessores legais.

(4) Apesar de ter sido declarada imune do pagamento de tributos por decisão judicial, em 2001 e 2002, a PREBEG provisionou a obrigação legal relativa ao imposto de renda sobre ganhos de capital auferidos nas aplicações em títulos de Renda Fixa e Variável, abrangendo os exercícios anteriores, tendo em vista orientação da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC. A probabilidade de perda foi considerada como possível por nossos assessores jurídicos.

NOTA 11 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões, líquido do valor atual das contribuições futuras dos participantes assistidos e das patrocinadoras, correspondentes a estes.

II. Provisões de benefícios a conceder – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras dos participantes e das patrocinadoras.

III. Provisões matemáticas a constituir – Representa o valor do contrato de amortização de contribuição suplementar do plano firmado junto ao patrocinador, decorrente da paridade contributiva estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2012	2011
Taxa Real Anual de Juros (1)	4,00%	5,50%
Projeção Crescimento Real de Salários (1)	1,20%	1,50%
Índice de Crescimento de Benefício	INPC	INPC
Tábua de Mortalidade Geral (2)	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos (2)	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de Entrada em Invalidez	Light - Forte	Light - Forte
Projeção de Crescimento Real do Benefício do INSS/Plano	0%	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários	0,98	0,98
Rotatividade	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Método Atuarial	Agregado	Agregado

(1) Na avaliação atuarial de 31/12/2012 procedeu-se alteração da premissa "Projeção Crescimento Real de Salário", de 1,50% para 1,20%, e "Taxa Real Anual de Juros", de 5,5% para 4,0%, cujo efeito foi aumento nas provisões matemáticas no montante de R\$ 175.983.

(2) Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidades adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2011	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2012
Benefícios Concedidos	737.632	131.835	869.467
Benefícios a Conceder	107.853	46.926	154.779
(-) Provisão Matemática a Constituir (*)	(8.402)	2.058	(6.344)
Total	837.083	180.819	1.017.902

(*) Corresponde ao saldo do "Contrato de Ratificação da Assunção da Obrigação de Amortização da Contribuição Suplementar do Plano Prebeg", firmado em 11/03/2002 junto ao patrocinador Itaú Unibanco S.A., decorrente da paridade entre a contribuição do patrocinador e a contribuição do participante, determinada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, no montante de R\$ 15.000, a ser amortizado em 180 meses, a partir de Dezembro/2000.

O saldo devedor é atualizado considerando as hipóteses de juros, com capitalização mensal, e correção monetária utilizados na avaliação atuarial do plano.

A evolução do saldo do contrato foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Saldo no início do exercício	(8.402)	(10.206)
Recebimento Contribuições	2.891	2.888
Atualização	(833)	(1.084)
Total	(6.344)	(8.402)

NOTA 12 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2012	2011
Reserva de Contingência	132.566	211.371
Superávit Técnico Acumulado	211.371	196.908
Superávit/(Déficit) do Exercício	(79.867)	15.525
(Constituição)/Reversão Reserva para Revisão de Plano (1)	1.062	(1.062)
Reserva para Revisão do Plano	-	1.062
Saldo no Início do Exercício	1.062	-
(Constituição)/Reversão (2)	(1.062)	1.062
Total	132.566	212.433

(1) Em 2011, nos termos do Art. 20 da Lei Complementar 109/2001, o resultado superavitário foi destinado à constituição de Reserva de Contingência para garantia de benefícios até o limite de 25% das Provisões Matemáticas e o excedente à Reserva para Revisão do Plano.

(2) Em 2012, como reflexo da alteração da Taxa Real Anual de Juros de 5,50% para 4,00%, o montante de R\$ 1.062 foi revertido da "Reserva para Revisão de Plano".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 13 – FUNDOS

a) Fundos Administrativos – Constituído com base na diferença das receitas de contribuição em relação às despesas administrativas, acrescidas da rentabilidade obtida sobre o resultado dos investimentos no mês, proporcional à sua participação.

b) Fundos dos Investimentos – Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2011	Remuneração	Constituição /(Reversão)	Saldos em 31/12/2012
Fundos Administrativos	673	15	(674)	14
Fundos dos Investimentos	250	15	(53)	212
Total	923	30	(727)	226

NOTA 14 – PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S.A. e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2012	2011
Ativo / (Passivo)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	6.239	8.299
Contrato de Amortização de Déficit (Nota 11)	6.344	8.402
Taxa de Administração da Carteira	(105)	(103)
Receitas / (Despesas)		
Receitas (Despesas)	(1.212)	(674)
Receita com Aluguéis	388	392
Taxa de Administração da Carteira	(1.379)	(852)
Taxa de Gestão Previdencial	(221)	(214)

Além das operações acima discriminadas, a CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG - PREBEG, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A, registrou despesa gerais no valor de R\$ 631 (R\$ 640 em 31/12/2011) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 15 – RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Visando permitir a comparabilidade na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2011, referente ao Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A:

Descrição	Saldo em 2011	Reclassificação	Saldos Reclassificados
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial	(1.631)	-	(1.631)
Serviços de Terceiros	(1.085)	640	(445)
Despesas Gerais	(546)	(640)	(1.186)

NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Através da Portaria nº 28, de 22 de janeiro de 2013, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2013, a PREVIC aprovou a incorporação da PREBEG, CNPB nº 1984.0010-19, pela Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, cujo Patrimônio Social, em Dezembro/2012, é de R\$ 1.150.694. A efetivação da incorporação ocorrerá no 1º Semestre de 2013.

NOTA 17 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Através do Decreto-Lei 2383 de 1987, as Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por empresas públicas foram obrigadas a adquirir, em montante equivalente a 30% de suas reservas técnicas, OFND's que previam juros de 6% ao ano e atualização pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional – OTN's, as quais foram extintas quando da entrada em vigor do Plano Verão em 1989.

Na ocasião, atos normativos emanados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Secretaria da Fazenda determinaram que as OFND's não utilizassem o Índice de Preços ao Consumidor – IPC e sim o Bônus do Tesouro Nacional – BTN para atualização monetária, bem como não poderiam ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização.

A PREBEG, através de ação coletiva promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, reivindicando a reposição ocasionada pela troca do indexador compreendendo o período de Abril/1990 à Fevereiro/1991.

Em 24/09/2008 o processo foi julgado procedente no que diz respeito ao direito à correção das OFND's pelo IPC, no período de Abril/1990 à Fevereiro/1991 e não pelo BTN, cujo montante atualizado até 30/06/2011 equivale a R\$ 8.750.

Tendo em vista que a decisão poderá ser impugnada e a documentação suporte para registro contábil restringe-se a laudo técnico elaborado por empresa de consultoria contratada pela ABRAPP, o qual aponta o valor devido à entidade, os administradores decidiram por não reconhecer o montante no balanço.

b) A PREBEG, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente
CPF 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador – CRC nº 1SP114.497/O-9
CPF 859.338.648-20

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2012 verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

Valores em R\$ 1,00	
Benefícios Concedidos	869.467.208,90
Contribuição Definida	
Saldo de Contas dos Assistidos	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	869.467.208,90
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	659.544.210,88
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	209.922.998,02
Benefícios a Conceder	154.779.282,41
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	140.095.558,17
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	162.666.620,27
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(11.285.531,05)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(11.285.531,05)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	14.683.724,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	17.049.447,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.182.861,38)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.182.861,38)
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Repart. de Capitais de Cobertura	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
Provisões Matemáticas a Constituir	(6.344.408,60)
Serviço Passado	(6.344.408,60)
Patrocinador(es)	(6.344.408,60)
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes- Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Total das Provisões Matemáticas	1.017.902.082,71
Fundo Previdencial	0,00
Reversão de saldo por exigência Regulamentar	0,00
Revisão de Plano	
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

Observamos, ainda, que:

Base de Dados

Os dados dos participantes e assistidos, posicionados em 31/10/2012, cuja responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da Entidade, patrocinadores e de seus representantes legais, foram analisados e criticados pela Entidade, tendo sido considerados aceitáveis para a realização da avaliação atuarial.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do plano é igual a 476, sendo 249 do sexo masculino e 227 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 48,14 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 7,84 anos.

O total de participantes assistidos, inclusive aqueles com benefício suspenso, é de 1.192. Quanto aos participantes em período de aguardo de benefício, correspondem a 23 e os grupos familiares recebendo benefício por pensão a 223.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 20,86 anos.

Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 12/03/2002 e o Regulamento em vigor, à época da avaliação atuarial, fora o publicado no Diário Oficial da União em 17/08/2012.

Atualmente não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

Avaliação Atuarial

Este parecer se refere à avaliação atuarial desenvolvida considerando o disposto no Regulamento vigente à época da avaliação.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Repartição Simples, para auxílio-doença, inclusive abono anual e natalidade;
- Repartição de Capitais de Cobertura, para auxílio-reclusão, inclusive abono anual;
- Capitalização, método agregado, para as aposentadorias, pensões por morte, inclusive abonos anuais, e auxílio-funeral.

Conforme recomendação dos Patrocinadores e da Entidade, os estudos atuariais foram desenvolvidos considerando as seguintes hipóteses atuariais, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

Hipóteses Financeiras:

- Taxa Real Anual de Juros: 4,0% a.a.;
- Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): INPC;
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a. para os autopatrocinados e 1,2% a.a. para os demais participantes;
- Projeção de Crescimento Real de Benefícios: 0% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: não aplicável;
- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo:
 - dos Salários: 0,98;
 - dos Benefícios do Plano: 0,98;
 - dos Benefícios do INSS: não aplicável.

Hipóteses Biométricas:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB, segregada por sexo;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB, segregada por sexo;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte;

Hipótese sobre Rotatividade:

0% para os autopatrocinados e Tabela Itaú, experiência 2008/2009/2010, para os demais participantes, sendo que 40% deverão optar pelo BPD e 60% pelo Resgate;

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:

0% a.a.;

Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas:

Experiência ATUAS, exceto quanto aos assistidos, para os quais foram utilizadas as respectivas estruturas familiares informadas. Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

- taxa real anual de juros, que passou de 5,5% a.a. para 4,0% a.a.;
- projeção de crescimento real de salário, que passou de 1,5% a.a. para 1,2% a.a. no caso dos demais participantes;
- composição de família referente aos participantes assistidos, que deixou de corresponder à Experiência ATUAS e passou a corresponder aos dados do participante, constantes do cadastro;
- opção pelo BPD/Resgate, que passou de 30%/70% para 40%/60%.

Resolução CGPC nº 18/2006

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2011 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos Falecidos	1	1
Ativos que se invalidaram	7	1
Aposentados Válidos Falecidos	9	8
Aposentados Inválidos Falecidos	2	4
Pensionistas Válidos Falecidos	2	2
Pensionistas Inválidos Falecidos	0	0

(*) Fonte: PREBEG

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência PREBEG.

Patrimônio Líquido

Com base no Balanço da Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG- PREBEG, de 31/12/2012, apuramos o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios PREBEG conforme indicado a seguir:

	Valores em R\$
Ativo Bruto	1.252.788.487,04
Exigível Operacional	9.816.959,90
Exigível Contingencial	92.277.336,27
Fundos, exceto Previdencial	226.367,80
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.150.467.823,07

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre o Ativo Líquido do Plano.

Situação do Plano

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2012, referente ao exercício de 2012.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de benefício definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, do comportamento da evolução salarial, do desligamento de participantes ou da rentabilidade alcançada na aplicação dos recursos.

Admitindo a manutenção dos percentuais de contribuição normal do participante e a alteração da contribuição suplementar da patrocinadora, conforme compromisso acordado, para 9,819% da folha de salários dos participantes ativos e autopatrocinados, inclusive incidindo sobre o 13º, a partir de abril/2013, constatamos que o Plano de Benefícios encontra-se superavitário em 13,02% do valor da Provisão Matemática.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

Christiano Telles Silveira

Atuária MIBA nº 946

Marília Vieira Machado da Cunha Castro

Atuária MIBA nº 351

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Ênfase

Conforme descrito na nota 16, em 22 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou a incorporação da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG – PREBEG pela Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar.

Goiânia, 18 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC nº 2SP000160/O-5 "F" GO

Paulo Sergio Miron

Contador – CRC nº 1SP173647/O-5 "S" GO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2012, baseados nos pareceres da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG – PREBEG são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da PREBEG em 31.12.2012, merecendo a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 7 de março de 2013.

Presidente

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo

Conselheiros

Antonio Eustáquio Vieira

Guilherme Augusto Marcondes Ferreira de Toledo Barros

Julciley Fernandes da Silva

Marco Aurélio de Oliveira

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2012, baseados nos pareceres da Atuas – Atuários Associados S/C Ltda., dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e no parecer do Conselho Fiscal, os membros do Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - Prebeg deliberaram, por unanimidade, aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e do plano de benefícios em 31.12.2012.

São Paulo (SP), 18 de março de 2013.

Presidente

Oswaldo do Nascimento

Conselheiros

Eurípedes Arantes de Freitas

Gecimar Freitas Menezes

Marcelo Luis Orticelli

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2012 do plano administrado pela PREBEG.

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009:

Em R\$ milhões

Descrição	Limite Máximo (1)	Dezembro/ 2012	%	Dezembro/ 2011	%	Var. % Dez/12 x Dez/11
Renda Fixa (2)	100	1.126,8	91,7%	1.046,9	91,4%	7,6%
Títulos Públicos	100	841,7	68,5%	813,3	71,0%	3,5%
Títulos Privados	80	285,1	23,2%	233,6	20,4%	22,0%
Renda Variável (2)	35	88,7	7,2%	88,9	7,8%	(0,2%)
Ações Conglomerado Itaú	10	0,7	0,1%	0,7	0,1%	0,0%
Outras	35	88,0	7,2%	88,2	7,7%	(0,2%)
Investimentos Estruturados	10	0,9	0,1%	0,8	0,1%	12,5%
Imóveis	4	6,3	0,5%	3,5	0,3%	80,0%
Operações c/ Participantes	5	5,7	0,5%	4,9	0,4%	16,3%
Valores a Pagar/Receber		(64,6)		(77,1)		
Total (Resumo do Demonstrativo de Investimentos)	100,0	1.163,8	100,0%	1.067,9	100,0%	9,0%

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2012 a 2016.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2012 dos investimentos por segmento e os respectivos índice de referência:

De acordo com a Política de Investimentos o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano, exceto o segmento de Renda Variável cujo índice de referência é o IBOVESPA.

A meta atuarial, que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano (INPC+ 5,5%), em 2012 foi de 12,03% e o IBOVESPA acumulado em 2012 foi de 7,40%.

Abaixo apresentamos a rentabilidade dos investimentos por segmento e sua performance:

Segmento	% de alocação	Rentab. Nominal	Índice de Referência / Meta Atuarial	Performance em relação ao índice de referência	à meta atuarial
Renda Fixa	91,7	13,85	12,03	1,62	
Renda Variável	7,2	10,64	7,40	3,02	(1,24)
Investimentos Estruturados	0,1	11,47	12,03	(0,50)	
Imóveis	0,5	123,14	12,03	99,18	
Operações c/ Participantes	0,5	18,68	12,03	5,94	
Rentabilidade Total	100,0	13,93	12,03	1,70	

3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Prebeg são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

5. Apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2012:

Em R\$ milhões

Descrição	Dezembro/2012	Dezembro/2011	Variação %
1. Administração Previdencial	(2,61)	(2,49)	4,7%
Pessoal / Encargos / Treinamento	(0,72)	(0,73)	(1,5%)
Viagens e Estádias	(0,08)	(0,05)	56,3%
Serviços de Terceiros	(0,40)	(0,45)	(10,4%)
Despesas Gerais	(1,41)	(1,26)	11,5%
2. Administração Investimentos	(1,76)	(1,46)	20,4%
Serviços de Terceiros	(1,42)	(1,29)	10,1%
Despesas Gerais	(0,35)	(0,18)	96,6%

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2012 dos planos:

- Plano de Benefícios Prebeg
- Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Taxa Mínima Atuarial

Plano de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Plano de Benefícios Prebeg	INPC	5,5%

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo	
			Plano de Benefícios Prebeg	PGA
Renda Fixa	53%	100%	89,20%	100%
Renda Variável	0%	25%	10,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0,10%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	0,30%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,40%	0,00%

4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

8. Participação em Assembleias de Acionistas

Limites Mínimos para Participação em Assembleia de Acionistas

Capital Votante: 5%

Capital Total: 10%

Recursos Garantidores: 4%

9. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

Política de Investimentos – 2013

Abaixo demonstramos os limites de alocação da política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2013:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano de Benefício Prebeg		PGA	
		Limites %	Alocação Alvo %	Limites %	Alocação Alvo %
Renda Fixa	100	100	83,5	100	100
Renda Variável	70	20	12	20	0
Investimentos Estruturados	20	10	0	10	0
Investimentos no Exterior	10	5	0	5	0
Imóveis	8	4	0,5	0	0
Operações com Particip.	15	5	4	0	0

(obs) A meta atuarial do Plano de Benefício Prebeg é INPC + 4,0% aa.

www.prebeg.org.br



Goiânia (GO)
Avenida República do Líbano,
Qd. D-1 Lt. 06/08, nº 1.551, Sala 602
Ed. Vanda Pinheiro – Setor Oeste – CEP 74125-125